

AS ORIGENS DO COMÉRCIO NA REGIÃO DE FRONTEIRA OESTE: A REALIDADE DOS MERCADOS FRONTEIRIÇOS NO SÉCULO XIX

Márcio Adriano de Lima Rodrigues ¹

RESUMO:

O presente artigo tem como objetivo analisar o processo de desenvolvimento da atividade comercial na fronteira oeste da Província do Rio Grande de São Pedro, identificando os diversos fluxos mercantis, através da entrada e saída de mercadorias na Paróquia de São Patrício de Itaqui (1850-1870), onde o rio Uruguai apresenta-se como instrumento de união entre os diversos mercados da região, orientados segundo a dinâmica do século XIX.

PALAVRAS-CHAVE: Região. Comércio. Fronteira. Oeste. Século XIX.

ABSTRACT:

This article aims to analyze the development process of commercial activity in the western border of the province of Rio Grande de Sao Pedro, identifying the various commercial flows through the entrance and exit of goods in the Parish of St. Patrick Itaqui (1850-1870), where the Uruguay River presents itself as an instrument of unity between the various markets in the region, oriented in the dynamics of the nineteenth century.

KEY-WORDS: Region. Trade. Border. West. Nineteenth century

1 - A DESCRIÇÃO DOS MOVIMENTOS REGIONAIS: OS PRIMEIROS OLHARES SOBRE O COMÉRCIO LOCAL

Para a descrição da atividade comercial que se estabelecia na região de fronteira oeste da Província do Rio Grande de São Pedro, se destaca em uma visão mais pormenorizada a Paróquia de São Patrício de Itaqui, quando os diversos olhares sobre a historiografia referente à Província no século XIX, permitiram identificar a atividade comercial que se desenvolvia nas regiões limítrofes ao Prata.

¹ Mestrando em História pela Universidade Federal de Santa Maria, bolsista CAPES.

Nesse contexto a região de fronteira surge como uma unidade cultural, econômica e social, utilizada pelas populações para a obtenção de seus meios de subsistência, onde se destacam práticas costumeiras e baseadas muitas vezes no burlar da regra, que orientam suas relações com o “outro lado”, o estrangeiro com o qual se estabelecem laços de solidariedade e interação.

As cidades às margens do rio Uruguai precipitavam sobre essas povoações, novas relações econômicas e sociais, condicionando as formas de agir e de prover sua subsistência por meio dos mais diversos elementos econômicos, políticos e culturais.

Segundo Helen Osório (1999) em Estancieiros, Lavradores e Comerciantes: na constituição da estremadura portuguesa na América. Rio Grande de São Pedro, 1737-1822; é na conjuntura de crescimento e diversificação de culturas de exportação, principalmente no que se refere aos movimentos rumo a Portugal e de ampliação dos fluxos internos de comércio, que a Província passará a incrementar sua posição nas atividades dedicadas ao abastecimento de gêneros, onde predominam o charque e o trigo, orientados para os mercados da Europa, além dos couros vacuns, originando a prática comercial na Província do Rio Grande de São Pedro.

A partir de obras que descrevem regiões de elementos análogos, a existência de pecuária e agricultura em propriedades de produção mista, os fluxos dedicados à exportação necessitavam de uma produção de gêneros de consumo local, para a subsistência dos ajuntamentos urbanos adjacentes.

De 1802 a 1807, o valor das exportações do Rio Grande oscilaram entre 27,7% e 49,4% do valor das exportações realizadas pelo porto do Rio de Janeiro a Portugal (excluídas as remessas de metais). No mesmo período, representavam de 7,5% a 9,9% da totalidade das exportações do Brasil para a Metrópole (OSÓRIO, 1999: 167).

Assim, os fluxos de comércio desenvolvido pela Província se dirigiam para o Rio de Janeiro, a Bahia, Pernambuco, Santa Catarina, Campos, Maranhão e Pará; envolvendo mantimentos como o charque, caixões de vela de sebo, graxa, barris de carne em salmoura, couros e arrobas de trigo, por volta de 1787, e outros produtos que apareceriam em listas de períodos posteriores, apresentando itens como a lã e a erva-mate (OSÓRIO, 1999).

Para a autora, a Província no que se refere à integração nos circuitos de comércio, apresenta uma relação de submissão à Praça do Rio de Janeiro, o que se deve basicamente à arrematação de contratos por parte dos negociantes junto à Coroa:

contratos de arrecadação de dízimos, do registro de Viamão, do quinto dos couros e gado em pé, e do munício das tropas.

Salienta-se nessa conjuntura a presença dos cultivos dedicados ao sustento da mão-de-obra utilizada nos ramos principais da economia do Império, a monocultura de exportação, uma atividade de trocas entre as Províncias, quando do Sul partiam para o Rio de Janeiro, gêneros primários que contribuiriam para o sustento, da escravaria, o charque e derivados dos “vaccuns” (graxa, sebo, couros), formariam os fluxos de um comércio interprovincial.

A posse desses contratos foi um poderoso instrumento nas mãos dos negociantes do Rio de Janeiro, rendendo-lhes um papel de prestígio na elite econômica regional, mesmo diante do patrimônio e da influência que conferia a posse de terras e de escravos, ou seja, dos bens de traficantes de escravos e dos fazendeiros.

Esses negociantes presentes ao longo dos circuitos mercantis seriam portadores de enormes dívidas ativas, revelando a predominância desse setor na economia das primeiras décadas dos oitocentos. A atividade mercantil caracterizava-se pela presença dos mais diversos ramos de atuação, prática semelhante aos grandes comerciantes de outras áreas como Salvador, Buenos Aires e Lisboa (OSÓRIO, 1999).

Para o espaço da Paróquia e semelhante a obra de Osório (1999), as fontes primárias, os relatórios da Mesa de Rendas da Alfândega da Paróquia de São Patrício de Itaqui, dimensionaram práticas baseadas na ação dos contrabandistas que burlavam o quinto, onerando a capacidade de sustentação de estruturas da Coroa como a Alfândega, descrevendo a permanência de interesses privados que oneravam o fisco, visando ampliar sua capacidade de acumulação de capitais, influência e poder, uma clara integração entre elementos políticos, econômicos e sociais.

A obra de Osório (1999) favorece a descrição das origens desse setor econômico formado pelos comerciantes, predominando entre 1725 e 1825, uma base formada por homens vindos do Minho, e dos bispados do Porto e Braga. Os nascidos na América não constituíam a metade dos registros, girando segundo a autora em torno de 26,9% a 40% da atividade, predominando nas atividades agro-pastoris, enquanto que os portugueses se faziam presentes, nas listagens recorrentes à Câmara de Porto Alegre exercendo atividades de negociantes.

Uma rede mercantil caracterizada pela coesão, apoiando os lusos desde sua chegada ao porto do Rio de Janeiro, sua instrução e adaptação à atividade e sua posterior atuação como caixeiros, representando os interesses da elite mercantil sediada no Rio, através da comercialização e produção de capitais provenientes da circulação de trigo, charque e couros do sul (OSÓRIO, 1999).

A partir das fontes primárias descreveu-se a formação das redes de negociantes, comerciantes e contrabandistas, que se utilizavam das vias de circulação, no caso o rio Uruguai, oferecendo uma forma explicativa para caracterizar a importância do comércio no viver destas “gentes”, haja vista que no contato com a “Federação”, a “Constituição”, “Salto” ou “Monte Caseros”, identificaram-se redes familiares que desenvolveram seus recursos via comércio de cabotagem. Prática semelhante à dinâmica descrita por Fragoso ², quando o autor atesta a amplitude das atividades comerciais, mesmo sendo considerada um apêndice das estruturas voltadas para a exportação.

Para Fragoso in Osório (1999), tais comerciantes de “grosso trato” eram geralmente homens envolvidos nas mais diversas sociedades, formados desde os fluxos do tráfico internacional de escravos, o abastecimento interno de insumos, cultivos de subsistência, e seguindo as necessidades empresas monocultoras de exportação, além dos agentes envolvidos nas atividades das finanças coloniais.

Para um recorte regional, diga-se a Província, distinguiram-se segundo a autora nas praças de Porto Alegre, Rio Grande e Rio Pardo, seis subgrupos, considerados segundo suas fortunas, ou seja: comerciantes-charqueadores, estancieiros, prestamistas, comerciantes-agricultores, rentistas urbanos e comerciantes.

O último grupo de comerciantes seria formado por fortunas integradas por bens comerciais, dívidas ativas e prédios urbanos, os quais passariam a participar de redes de relações com outros setores no interior da sociedade.

Guilhermino César (1978) em, *O contrabando no Sul do Brasil*, estabelece que o regime de monopólio comercial isolava a colônia do mundo, condenando as populações coloniais ao isolamento. Um território extenso e práticas monopolistas por parte de comerciantes portugueses não tardariam a influenciar no surgimento de projetos autonomistas de desenvolvimento econômico baseados no comércio lícito e ilícito.

² FRAGOSO, João Luís. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do rio de janeiro 1790-1830**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

Para o espaço de fronteira oeste, as cidades limítrofes ao rio Uruguai, oferecem uma descrição pertinente que revela uma base de produção primária de “herva-mate” e produtos como o sebo e o couro de origem da atividade pecuarista, que se integravam aos mercados da Federação, da Constituição, territórios no outro lado da fronteira que possuíam condições de demandar a produção de gêneros primários da Paróquia.

A fronteira nessa realidade além de nacionais brasileiros, portugueses e espanhóis, envolvia em suas relações a atenção de várias nações, que sentiam a chance de participar desta economia. Os fluxos atraíam a cobiça de franceses, holandeses e ingleses, já em época de transição para o comércio de manufaturados. Posterior a riqueza gerada pelos metais surge o tráfico de mercadorias que se fundamentava nas atividades dos “couradores” da campanha e dos comerciantes de panos e manufaturados europeus.

O autor enfatiza a participação da população civil e da própria guarnição militar da Colônia do Sacramento no lucrativo comércio ilícito que se salientava nas fronteiras entre as duas povoações, através da presença de tropeiros, coureadores e soldados no “ninho de contrabandistas a serviço da coroa portuguesa ³”, o que se manteve até os dados obtidos para o século XIX que também determinam a participação de autoridades da Coroa integrantes dos fluxos do comércio ilícito (CESAR, 1978).

Em meados do século XIX, a economia ervateira e os cavaleiros/muareiros aparecem nas descrições acerca da economia, figurando na atividade mercantil da fronteira oeste da Província, identificando-se um mercado praticado por ingleses favorecidos desde o tratado de Methuen (1703), ligando a província do Rio Grande de São Pedro com os mercados da África e Europa, através de artigos como tabaco, escravos, metais (ouro e prata), manufaturas e erva-mate, um mercado de grande diversidade de produtos, homens e etnias, capazes de interligar as regiões mais distantes e isoladas das economias coloniais às correntes do comércio mundial.

³ Referência a Colônia do Sacramento fundada a frente de Buenos Aires em 1680, fortaleza entreposto portuguesa.

2 - A PARÓQUIA DE SÃO PATRÍCIO DE ITAQUI COMO PONTO DE CONTATO ENTRE OS VÁRIOS MERCADOS DO PRATA, AO LONGO DOS OITOCENTOS

Geograficamente, para a localização espacial da Paróquia, recorreu-se à descrição contida no relato de um viajante do século XIX. Segundo a descrição de Arsene Isabelle, a Paróquia de São Patrício de Itaqui está localizada à margem esquerda do rio Uruguai e confluência do Cambaí, em ponto quase equidistante entre Uruguaiana e São Borja, denominada, até então, de Rincão da Cruz.

À margem esquerda do rio Uruguai e confluência do Cambai, em ponto quase equidistante de Uruguaiana e São Borja, está assentada a povoação de Itaqui. A natureza não foi-lhe avara, ao contrário deu-lhe um aspecto sorridente e aprazível. (...) Tinha o nome de Rincão da Cruz, que ainda hoje conserva, a vastíssima Campanha a começar da vertente do Botuí, por todo o seu curso e desde um arroio, que lhe serve de contravertente e deságua no Ibicuí e por este até confluir no Uruguai (ISABELLE apud FOLLETO, 2003: 20).

Segundo Colvero (2004), a Paróquia foi fundada por padres jesuítas que deram o nome à localidade, no século XVII.

[...] o município de Itaqui era, em seus primórdios, parte de uma estância jesuítica por volta do ano de 1687, a qual teria sido criada pelos padres que se encontravam do outro lado do rio Uruguai, na redução de La Cruz, que deu origem ao nome da localidade, *Rincão de La Cruz* (COLVERO, 2004: 67).

Esse trecho apresenta a Paróquia, como um conjunto de características que foram essenciais ao desenvolvimento do comércio de cabotagem via rio Uruguai, a partir do fato de pertencer a uma região de fronteira, estar às margens do rio Uruguai – uma das vias de transporte fluvial de extrema importância para a região - além da proximidade com outras cidades que também realizavam o mesmo tipo de atividade, como Buenos Aires e Montevidéu, ambos contando com uma densidade demográfica em condições de absorver os bens primários da região de fronteira oeste.

Colvero (2004) destaca em trechos de sua obra que: devido “a influência dos grandes ajuntamentos urbanos e de populações exercem sobre a economia desta região e pelo ativo movimento do porto da cidade, dedicado ao comércio de exportação de erva

mate”, possibilitaram que a Paróquia recebesse sua Mesa de Rendas, em 1853, emancipando-se de São Borja, onde em 1858 a localidade já se destinava a um auspicioso progresso a partir das “quatrocentas casas e 6631 habitantes em todo o município, sendo 5554 livres, 63 libertos e 1014 escravos” O fator econômico, a partir do comércio de caráter exógeno, faz com que a Paróquia se estabeleça como um dos pontos de vital importância, estando às margens do rio Uruguai (COLVERO, 2004: 67-68).

Entretanto em 6 de dezembro de 1858, pela lei número 419 e por intervenção do Juiz da Comarca de São Borja, Hemetério José Velloso da Silveira, Itaqui conseguiu se desmembrar, mas somente em março de 1859, foi instalada a vila (COLVERO, 2004: 67).

O apogeu e crescimento desses mercados, às margens do rio Uruguai descreve a Paróquia como um espaço em crescimento devido a um comércio ativo e laborioso, compreendendo cerca de 50 estabelecimentos comerciais, destacando-se pelos vultosos preços e diversidade de mercados ao longo do século XVIII (LALLEMANT apud FOLETTO, 2003).

[...] estive visitando Itaqui. O lugarejo é apenas do tamanho de São Borja, e tem cerca de 2000 habitantes. Enquanto esta missão jesuítica, embora de algum modo pareça conservar-se, acha-se em certa decadência ou, pelo menos, está estacionária desde alguns anos, Itaqui, de fundação moderna, cresce a olhos vistos e é animada por várias atividades. Antes de tudo tem um comércio realmente ativo. Pelo menos cinquenta lojas, grandes e pequenas, existem no lugar e aparece que em todas se ganha dinheiro. Quase todos os produtos europeus lá se encontram e se vendem a enormes preços. Um dos principais produtos de exportação é o mate (LALLEMANT apud FOLETTO, 2004: 44).

Segundo a bibliografia que tem como tema a região de fronteira oeste, em termos mais específicos, a localidade onde está situada a Paróquia, e a proximidade com as cidades da Federação (Argentina) e da Banda Oriental (Uruguai), interligadas pelas vias fluviais de comércio, favoreceu o desenvolvimento de um ativo processo de trocas na região de itens de origem primária como a erva-mate e os couros, proveniente dos “vaccuns”, associando ao contra-fluxo de manufaturados que viriam do Prata, portos de Buenos Aires e Montevideú, para compor os mercados locais.

[...] a Paróquia apresenta-se político-administrativamente como uma freguesia em 1832, vinculada à Vila de São Francisco de Borja, sendo

ambos subordinados ao município de Cachoeira. Tornou-se município em 1858, sacramentada como cidade em 1879, em uma região de contato com a cidade de Alvear, da Província Argentina de Corrientes (FOLETTI, 2003: 21).

A fronteira, nesse contexto histórico, passa a se configurar como um espaço de contato entre diversas culturas, principalmente aquelas que têm no compromisso com o econômico, uma de suas premissas básicas. O comércio nesta área salientava-se como uma atividade autônoma e independente, sem qualquer apoio estatal, sendo na construção de estradas ou vias de circulação, reafirmando a importância das rotas fluviais para o desenvolvimento da mercancia. Não somente o comércio passava a se mostrar um modificador do meio histórico e geográfico, encarnado na região do Prata, identifica assim as vias navegáveis como importantes meios de humanização e racionalização (CARVALHO apud COLVERO, 2004).

Estabelece-se, assim, que a região de fronteira oeste e principalmente:

O Prata foi, durante todo o período colonial no continente americano, o mais importante ponto de contato entre as colônias espanholas e portuguesas. De fato, os conflitos e os intercâmbios - lícitos e ilícitos - entre essas duas colonizações não foram tão significativos no restante da imensa área entre o Brasil e os Virreynatos da América do Sul espanhola, como na bacia do rio da Prata, onde se mostraram inúmeros e constantes (CARVALHO apud COLVERO, 2004: 21).

Outro fator que revela o interesse do Estado em lucrar com o movimento dessa localidade foi a burocratização do acesso a esse mercado e, sem dúvida, o número de impostos cobrados pela Mesa de Rendas, instrumento alfandegário.

Na análise de um dos documentos identificados nos quadros demonstrativos da Mesa de Rendas de Itaqui, documento de cunho administrativo, ocorreram cerca de onze espécies diferentes de impostos, dentre eles: direitos de consumo, direitos de exportação, 20% sobre os direitos de consumo, direitos sobre armazenagem no patamar de 1/4 %, capatazias, direitos sobre certidões, porte de cartas, imposto sobre ancoragem, 15% sobre o embarque, direitos de bens de raiz e direitos sobre embarcações⁴.

Serviam para manter a presença dos órgãos do Estado na região, embora onerando o processo de desenvolvimento comercial. Esse instrumento de controle dos

⁴ Mesa de Rendas de Itaqui. Listas de Alfândega. AHERGS. Doc. Nº: 275. maço: 405. ano:1848.

fluxos de comércio na região, além de arrecadar impostos, era responsável também pelos registros das cargas, colaborando no discurso historiográfico para a identificação dos sujeitos históricos que praticavam o comércio de cabotagem e seus itinerários.

Na visão mais pormenorizada da Paróquia, envolta nessa realidade de contatos com o exterior, forma-se um mercado constituído por casas de negócio que se distinguiam pela diferenciação nos ramos de atividade, destacando-se, nos seus estoques, “perfumarias, fazendas, roupas feitas e artigos especializados”⁵, que atendiam às mais diversas áreas. A necessidade de diversificação surgia da busca pelo lucro incessante, quando a diversificação era a garantia do negócio frente às oscilações de caráter econômico.

A instabilidade do mercado pré-capitalista obrigava a diferenciação dos ramos de negócio. Por outro lado, o caráter restrito do mercado, suas escassas opções econômicas, sua falta de elasticidade e demanda restrita, não permitiam a aplicação de todo o investimento do grande comerciante em um único setor de atividade (OSÓRIO, 1999: 276).

Um fator que merece destaque na realidade desses mercados em ascensão são as inúmeras menções feitas aos mercados do “Uruguai, Argentina e aos territórios andinos”⁶, o rio Uruguai nesse panorama de interligação entre regiões e agentes, consolidou-se como importante ponto de ligação entre os múltiplos ramos da produção.

Nos autos⁷, foram constantes as descrições feitas às matérias-primas e roupas feitas que tinham origem em território estrangeiro, como as camisas de Gênova e os tecidos de lã, vindos através dos portos localizados nos países do Prata⁸. Esse movimento pôde ser descrito com base na análise de documentos administrativos e jurídicos. Define-se, a partir desses itinerários, homens que executavam o comércio nessas áreas, dimensionando, a partir de então, os ramos de produção primária e de produtos especializados importados de outros países e que se faziam presentes a mercê dos consumidores da Paróquia.

⁵ Inventários Post-Mortem. Cartório de Órfãos e Ausentes. APERGS (Porto Alegre). Doc. Nº: 131. maço: 5. ano:1864.

⁶ Inventários Post-Mortem. Cartório de Órfãos e Ausentes. APERGS (Porto Alegre). Doc. Nº: 131. maço: 5. ano:1864. Inventários Post-Mortem. Doc. Nº: 231. maço: 8. ano: 1874.

⁷ Inventários Post-Mortem obtidos no APERGS (Porto Alegre).

⁸ Inventários Post-Mortem. Cartórios de Órfãos e Ausentes. APERGS (Porto Alegre). Doc. Nº: 231. maço: 8. ano: 1874.

Os documentos para explicar a dinâmica desses mercados, referem-se aos arquivos da Mesa de Rendas de Itaquí, provenientes dos arquivos do AHERGS, constando as informações referentes à movimentação do comércio fluvial, desenvolvido na região da fronteira oeste, mais precisamente na Paróquia.

Através do quadro estatístico, contido nos documentos, foi possível descrever os produtos exportados da Paróquia, tais como: erva-mate (o produto característico e de maior importância na produção primária), fumo, açúcar, além dos valores em impostos, os valores que os produtos somavam mensalmente, bem como os destinos dos produtos que saíam via porto.

Esta atividade fundamentava-se no período anterior à década de 1860, a um intenso movimento de gêneros que compreendiam produtos como a erva-mate, fumo, açúcar, farinha de mandioca, couros, aguardente, arroz e sabão, que se dirigiam às mais diversas regiões da Bacia do Prata. O que recebia mais destaque era a economia ervateira que atingia as cifras de 3432 arrobas direcionadas para a Federação no ano de 1858 e que renderam em valor oficial aproximadamente 17: 160:00. Mesa de Rendas de Itaquí. Listas de Alfândega, 22 de maio de 1855⁹.

Documentos dessa natureza identificam certas características do comércio da região, como a diversidade de destinos que envolvem relações externas e internas, ou seja, com os países do Prata e com as províncias do sul do Império, como Santa Catarina¹⁰. Esses escoadouros de produção divergiam ora para a Federação, designação que os autos estabelecem à Argentina, a Constituição e Restauração. Concórdia, em Santa Catarina e regiões dentro dos limites da Paróquia, como o Passo de Itaquí, eram atendidas com menor ênfase pelos fluxos de embarcações¹¹.

Especificamente, o documento de 10 de julho de 1858, da Mesa de Rendas de Itaquí, descreve um intenso movimento no porto da Paróquia de uma grande quantidade de embarcações dos mais diversos tipos: chalupas, lanchões, vapores, escunas e palhotes com destino ao Salto, no Uruguai, à Federação, na Argentina, e localidades na própria Província do Rio Grande de São Pedro, como Povo da Cruz e o Passo de

⁹ Mesa de Rendas de Itaquí. Listas de Alfândega. Diversos (Quadro Estatístico). AHERGS (Porto Alegre). Jan-Jun. Ano: 1855.

¹⁰ Mesa de Rendas de Itaquí. Listas de Alfândega. Diversos (Quadro Estatístico). AHERGS (Porto Alegre). Jan-jun. Ano: 1855.

¹¹ Mesa de Rendas de Itaquí. Listas de Alfândega. Diversos (Quadro estatístico). AHERGS (Porto Alegre). Jan-Jun. 10 de julho de 1858.

Itaqui. Outros locais como “*Monte Caseros*”, aparecem em menor proporção nos Registros da Alfândega¹².

Assim, as listas não revelam os produtos, mas uma discriminação das embarcações e nomes de seus mestres. Neste mês de março de 1861, os destinos se restringiam à Federação (Argentina)¹³, mas que, dois meses depois, em maio, multiplicaram-se identificando, assim, outros destinos, bem como os agentes envolvidos no transporte de mercadorias¹⁴.

Os documentos descrevem uma atividade que decrescia nos meses de verão e se fazia mais intensa nos meses mais frios.

Nos invernos mais rigorosos dos países platinos, acredita-se que diminuía a produção, aumentando a necessidade de adquirir produtos primários vindos de outras praças¹⁵. Somente o mês de dezembro de 1860¹⁶ apresentou um grande número de agentes de comércio, provavelmente em função das festividades de Natal e Ano Novo, condicionando uma ampliação da demanda dos produtos nos respectivos mercados. As festas e a permeabilidade na fiscalização por parte das autoridades pode também explicar o aumento dos fluxos, que certamente ofereciam parcelas de itens que burlavam o fisco régio.

¹² Mesa de Rendas de Itaqui. Listas de Alfândega. Diversos (Quadro Estatístico). AHERGS (Porto Alegre). Dezembro de 1860. Mesa de Rendas de Itaqui. Listas de Alfândega. Diversos (Quadro Estatístico). AHRGS (Porto Alegre). Fevereiro de 1861.

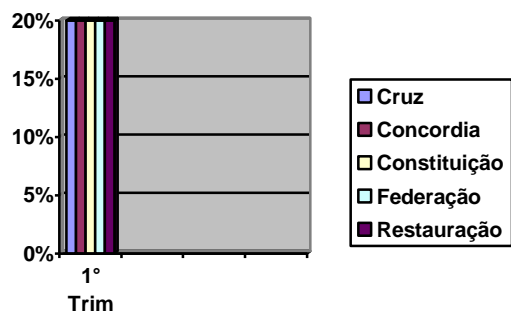
¹³ Mesa de Rendas de Itaqui. Listas de Alfândega. Diversos (Quadro Estatístico). AHERGS (Porto Alegre). Março de 1861

¹⁴ Mesa de Rendas de Itaqui. Listas de Alfândega. Diversos (Quadro Estatístico). AHERGS (Porto Alegre). Maio de 1861

¹⁵ Inventários Post-Mortem. Cartório de Órfãos e Ausentes. APERGS (Porto Alegre) . Doc. Nº: 143. maio: 5. ano: 1867

¹⁶ Mesa de Rendas de Itaqui. Listas de Alfândega. Diversos (Quadro Estatístico). AHERGS (Porto Alegre). Dezembro de 1860

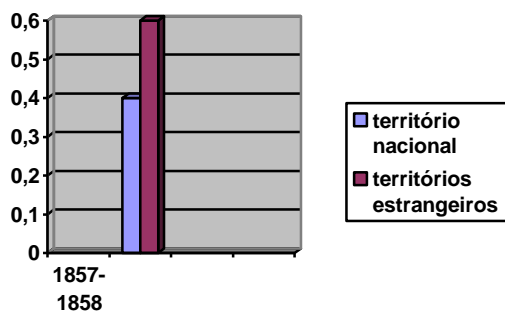
2.1. Relação dos destinos expedidos pela Alfândega da Paróquia de São Patrício de



Itaquí

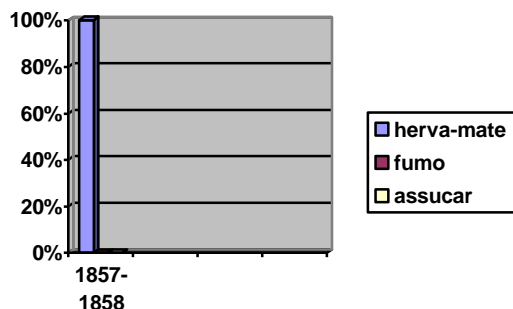
Fonte: Relação dos passes da Presidência expedidos pela Meza de Rendas de Itaquí. AHERGS. Porto Alegre.

2. 2. Relação da saída para o mês de Janeiro do biênio 1857-1858



Fonte: Relação dos passes da Presidência expedidos pela Meza de Rendas de Itaquí. AHERGS. Porto Alegre.

2.3. Relação de itens para o mês de Janeiro do biênio 1857-1858



Fonte: Relação dos passes da Presidência expedidos pela Meza de Rendas de Itaquí. AHERGS. Porto Alegre.

Em abril a arrecadação dos impostos de exportação de itens, tende a cair em uma proporção determinante, sendo que se têm apenas 530 arrobas de herva-mate, e uma soma em impostos de 166,950 réis. A soma total para esse mês atinge 2:385, 000 réis de valor oficial.

O que nos causa uma indagação acerca das condições desse comércio. Pode-se notar que esse mercado é orientado para o exterior, em uma taxa de 60% para o exterior e 40% para os territórios dentro do Império. Todas as cidades referidas orientaram ou absorveram 20% da produção de itens como a “herva-mate”, o “assucar” e fumo. Sendo que janeiro há uma totalidade da atividade comercial de exportação orientada para a economia ervateira, uma tendência que se reflete na descrição das atividades da Paróquia.

O mês de janeiro afirma a partir das fontes primárias que 60% das saídas orientavam-se ao Prata, sendo sua totalidade de “herva-mate”. Quanto aos valores o comércio de caráter exógeno já afirmava-se como orientando 80% do valor destinado a exportação, e por conseqüência 20% para as possessões nacionais.

Diversos aspectos poderiam contribuir para o fenômeno, tal qual efetivado devido a facilidade e proximidade com os países do Prata, ou mesmo as facilidades de se utilizar do rio em um mês de verão como janeiro, que com o passar do tempo e o diminuir da temperatura torna-se mais difícil. Nada mais insalubre que o inverno dos países do Prata e suas delimitações.

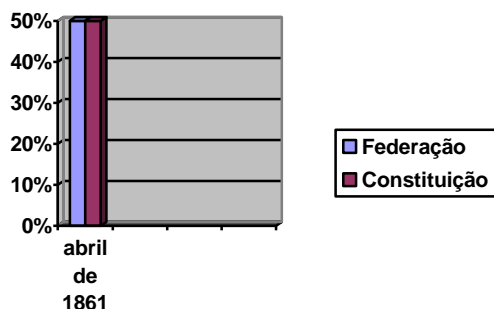
Em junho diminui-se sensivelmente esse comércio limitado a herva-mate com 216 arrobas, arroz com 4 arrobas, “assucar” 8 arrobas, além de farinha de mandioca, algodão, aguardente, sabão e tamancos, todos possivelmente pertencentes em uma economia de menor proporção, em âmbito artesanal que se faz presente nos meses que não se podiam repetir o desempenho da “herva-mate”. Enquanto que janeiro 5 cidades diferentes absorvem uma produção de 5963 arrobas, o mês de junho envolve apenas 216 arrobas de “herva-mate” orientadas para Cruz, nas posses do Império, um comércio de menor proporção em função da quantidade limitada do produto.

Com o passar dos anos, a década de 1860, tendo como referência 1861, efetivase uma atividade orientada para a Federação, onde temos no mês de março, todas as embarcações atendendo esta região. Chalupas e lanchões atendiam meio a meio a totalidade dos passes da Alfândega da Paróquia de São Patrício de Itaquí, 4

embarcações que pagariam 2,400 réis e totalizariam 9,600 réis como importância destinada ao Prata.

Abril compreenderia uma maior gama de agentes, destinos e redes familiares dedicadas à atividade de exportação via rio Uruguai, todos os passes expedidos para Federação ou Constituição, na proporção de 50% para ambos os destinos.

2.4. Mercados atendidos em abril de 1861

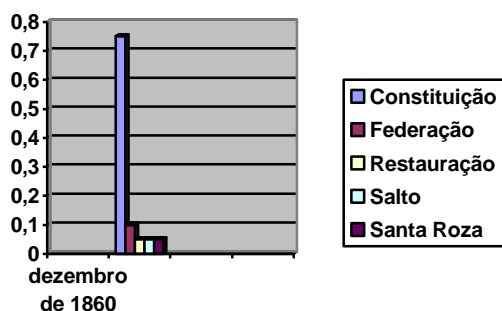


Fonte: Relação dos passes da Presidência expedidos pela Meza de Rendas de Itaqui. AHERGS. Porto Alegre.

Ocorre uma variação na quantidade de agentes dedicados a atividade, citando-se José Vinhas e sua chalupa, “Heróe”, com 2 saídas para o exterior. E uma rede familiar formada por Julio Veppo e João Batista Veppo, com um lanchão e uma escuna atuando nesses mercados.

Comparando com o período final de 1860, no mês de dezembro efetiva-se, uma maior diversidade, quando 20 passes expedidos, 15 foram para a Constituição, 2 para a Federação, 1 para o Salto, 1 para Santa Roza, 1 para Restauração, atendendo às proporções de:

2.5. Relação de passes expedidos no mês de dezembro de 1860



Fonte: Relação dos passes da Presidência expedidos pela Meza de Rendas de Itaqui. AHERGS. Porto Alegre.

Verificando a existência de redes familiares surge: as famílias Rodrigues, Veppo que respondiam por 10% dos passes expedidos para cada família. O mesmo número responde os passes expedidos a Antônio Eugênio de Freitas Guimarães. Com seu vapor Uruguay, diga-se o único vapor nesse mercado, destacando-se nas fontes consultadas, este Vapor conseguiu atingir 10% do volume de passes para o período.

O famoso vapor Uruguay, talvez a embarcação mais moderna desse mercado e para esse período, aparece novamente em maio de 1861. Para esse período e o mês de dezembro do ano anterior o Uruguay sempre mantivera suas relações com a Constituição. Quanto às outras famílias, os Rodrigues (os irmãos Gil e José), orientavam suas tarefas para regiões mais próximas e dentro da província, e poucas idas para Restauração e Constituição sendo a mais diversa rede de comerciantes quanto aos destinos. Os Veppo, enquanto rede familiar, formavam os contatos com a Constituição, e uma série de destinos, na maioria em território estrangeiro.

No período que compreende o mês de fevereiro de 1861 têm-se a família Rodrigues relatando uma participação de 33,3% dos passes expedidos. Em geral, a visão dominante revela a partir dos gráficos uma atividade de produção que tinha em seu caráter exógeno, através da presença do poder, a possibilidade de dispor, ou acessar os mais diversos mercados, no espaço platino. Sendo a Paróquia de São Patrício de Itaqui a partir do porto um instrumento que reflete o caráter de permeabilidade, porosidade dessa fronteira, ao longo do século XIX.

3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade comercial praticada na região de fronteira oeste destaca-se como objeto de pesquisa por manifestar-se de forma particular, permitindo que as trocas entre possessões do Império e dos países do Prata pudessem favorecer o desenvolvimento de um ativo comércio de cabotagem entre ambas as regiões, via rio Uruguai, identificada a partir dos relatos da Alfândega de São Patrício de Itaqui.

A erva-mate, couros vacuns, cavalares, charque formavam os fluxos e contrafluxos que se salientavam nessa região aumentando a influência dos comerciantes das

cidades de fronteira, assim como discriminando novas formas de sobrevivência. Os homens da fronteira aproveitando-se da livre transitoriedade aumentando suas fortunas, ao mesmo tempo, que sua influência nas esferas política, econômica e social. Tal fenômeno envolve uma realidade de quebra de monopólios, leis e costumes impostos pelos poderes em nível global e regional, reascendendo novas abordagens acerca das atividades econômicas que tiveram êxito ao longo do processo de formação da Província do Rio Grande de São Pedro.

Na Paróquia de São Patrício de Itaquí, em meados dos oitocentos, o comércio permitiu a evolução e burocratização da região, através da instalação de vários instrumentos que a partir da Alfândega obtiveram a designação de coletar a parcela estatal do comércio praticado nessa região e manter a presença estatal nas áreas limítrofes. Vários estrangeiros praticavam tal comércio, trazendo manufaturados de origem européia e vendendo-os na Paróquia, absorvendo rendas que iriam para seus países de origem ou não? Fato este que se conserva para estudos posteriores.

Possuir certos conhecimentos, ou ser agente de uma atividade de monopólios também podia render nessa sociedade uma posição de destaque, citando-se a ação de várias casas comerciais e agentes que conseguiram prosperar graças práticas monopolistas. A formação de um itinerário fixo, como por exemplo, na ligação entre as cidades platinas de *Buenos Aires*, *Passo de Los Libres* e a Constituição, podia constituir um monopólio de rentável comércio, fruto da grande quantidade de consumidores que as cidades mais populosas podiam oferecer.

Descrever as atividades de comércio praticadas na região de fronteira oeste favorece uma mercancia orientada para as conjunturas locais, quando de uma atividade dirigida para os mercados da Europa, passou-se para formação de fluxos cada vez mais locais, ou seja, para os países do Prata, onde mesmo para o Império são raros os relatos de ligações dos comerciantes nativos que substituíram os primeiros comerciantes descendentes de portugueses.

Na Paróquia o comércio passou a descrever sua face mais plural ao aliar dívidas, bens móveis e imóveis, rendas de bens urbanos e as decorrentes do comércio de cabotagem. Assim às vezes aliando-se ao comércio de víveres secos e molhados era comum constatar-se a comercialização de escravos, têxteis e manufaturados de origem diversa.

4 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BURKE, Peter (Org). **A Escrita da História: Novas Perspectivas**. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor. **Os Métodos da História**. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor. **História Econômica da América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: ensaios de Teoria e Metodologia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

COLVERO, Ronaldo. **Negócios na Madrugada: O comércio Ilícito na Fronteira do Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: UPF, 2004.

LINHARES, Maria Yedda. **História Geral do Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

REICHEL, Heloisa; GUTFREIND, Ieda. **As raízes históricas do Mercosul: a região platina colonial**. São Leopoldo: Unisinos, 1998.

RODRIGUES, Márcio Adriano de Lima. **O comércio na Paróquia de São Patrício de Itaqui, nas décadas de 60 e 70, do século XIX**. 2006. (trabalho final de graduação).

FRAGOSO, João Luís. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do rio de janeiro 1790-1830**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FOLETTTO, Arlene, Guimarães. **Dos Campos Junto ao Uruguai aos Matos em cima da serra: a paisagem agrária na Paróquia de São Patrício de Itaqui (1850-1889)**. Porto Alegre: UFRGS (Dissertação e Mestrado).

OSÓRIO, Helen. **Estancieiros, Lavradores e Comerciantes, na Constituição da Estremadura Portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822**. Niterói:UFF, 1999. (Tese de Doutorado).